

Clever Vasconcelos
Marco Antonio da Silva

DIREITO ELEITORAL

3ª edição
2022

saraiva  *jur*



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência editorial e de projetos Fernando Penteado

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Gerência editorial Isabella Sánchez de Souza
Edição Iris Ferrão

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Nogueira Secondo

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto
Klariene Andrielly Giraldi

Diagramação Negrito Editorial

Revisão Willians Calazans

Capa Bruno Ortega

Produção gráfica Marli Rampim

Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento Gráfica Paym

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VAGNER RODOLFO DA SILVA – CRB-8/9410

V331d Vasconcelos, Clever

Direito eleitoral / Clever Vasconcelos, Marco Antonio da Silva. - 3. ed. - São Paulo : SaraivaJur, 2022.
416 p.

ISBN 978-65-5362-168-8 (Impresso)

1. Direito. 2. Direito Tributário. I. Silva, Marco Antonio da. I. Título.

2022-986

CDD 341.39
CDU 34:336.2

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito Tributário 341.39
2. Direito Tributário 34:336.2

Data de fechamento da edição: 11-5-2022

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 607337 CAE 791538

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Prefácio</i>	9
<i>Apresentação</i>	11
Capítulo 1. HISTÓRIA DO DIREITO ELEITORAL E DA JUSTIÇA ELEITORAL.....	21
1.1 O direito eleitoral e a Justiça Eleitoral no Brasil: breve relato	21
1.2 Conceito de direito eleitoral em nossa Constituição	23
1.3 Fontes do direito eleitoral brasileiro.....	23
Capítulo 2. PRINCÍPIOS JURÍDICOS.....	27
2.1 A questão das regras e princípios jurídicos.....	27
2.2 Princípio da autenticidade eleitoral.....	30
2.3 Princípio da liberdade de voto.....	30
2.4 Princípio constitucional da liberdade para o exercício do mandato.....	30
2.5 Princípio da necessária participação das minorias no debate político.....	31
2.6 Princípios constitucionais da máxima igualdade na disputa eleitoral e da neutralidade estatal	32
2.7 Outros princípios jurídicos aplicáveis.....	34
2.7.1 Princípio da soberania popular.....	34
2.7.2 Princípio republicano	35
2.7.3 Princípio da lisura das eleições	35
2.7.4 Princípio da celeridade.....	35
2.7.5 Princípio da preclusão instantânea	37
2.7.6 Princípio da igualdade do voto	37
2.7.7 Princípio da liberdade de formação da opinião	37
2.7.8 Princípio da imediaticidade do voto e a questão das listas	38

2.7.9	Princípio da legalidade específica em matéria eleitoral e a questão das Resoluções e Instruções do TSE.....	38
2.7.10	Princípio ou regra da anualidade eleitoral?	40
2.7.11	Princípio da unicidade	40
2.7.12	Princípio da fidelidade partidária, justa causa para a desfiliação e a ocorrência de fraude quanto à expulsão	41
2.7.13	Princípio da candidatura aparente	43
Capítulo 3. REGIMES DE GOVERNO E ESPÉCIES DE DEMOCRACIA		47
3.1	Regimes de governo.....	47
3.2	Democracia direta, semidireta e indireta	48
3.3	Sufrágio	53
3.4	O voto	53
3.5	O <i>impeachment</i>	54
3.6	Instrumentos da democracia	55
Capítulo 4. DIREITOS POLÍTICOS.....		57
4.1	Conceito e noções de direitos políticos	57
4.2	Direitos políticos.....	58
4.3	Perda e suspensão dos direitos políticos	61
4.4	Alistamento e voto.....	68
4.5	Alistamento e cadastro eleitoral: a questão do nome social e da identidade de gênero	73
4.6	Cancelamento e revisão da inscrição eleitoral.....	74
4.7	Condições de elegibilidade.....	77
4.8	Filiação partidária	83
4.9	Filiação especial e a elegibilidade do militar.....	87
4.10	Causas de inelegibilidade	87
4.11	Informativos e súmulas correlatos.....	100
Capítulo 5. PARTIDOS POLÍTICOS		123
5.1	Natureza jurídica	123
5.2	Conceito	124
5.3	Constituição dos partidos políticos.....	124
5.4	Direitos e garantias dos partidos políticos	126
5.5	Obrigações dos partidos políticos (prestação de contas anual)	130
5.6	Estrutura paramilitar.....	143

5.7	Cláusula de barreira	143
5.8	Fidelidade partidária.....	145
5.9	Coligações partidárias	147
5.10	Federações partidárias.....	149
5.11	Convenção partidária (escolha dos candidatos pelo partido).....	152
5.12	Registro dos candidatos (registro eleitoral)	153
5.13	Informativos e súmulas correlatos.....	159

Capítulo 6. SISTEMAS ELEITORAIS 177

6.1	Sistema majoritário	177
6.2	Por maioria absoluta (dois turnos).....	179
6.3	Por maioria simples ou relativa (um único turno)	179
6.4	Sistema proporcional	180
6.5	Súmula correlata.....	183

Capítulo 7. CAMPANHA ELEITORAL E ACCOUNTABILITY..... 185

7.1	Abordagem geral.....	185
7.2	A influência do poder econômico no processo eleitoral: a questão da poluição do processo eleitoral	188
7.3	Publicidade política e as modalidades de propaganda.....	193
7.4	Propaganda partidária.....	195
7.5	Propaganda eleitoral, contrapropaganda e <i>fake news</i>	196
7.6	Condutas vedadas aos agentes públicos em campanha eleitoral	206
7.6.1	É permanentemente proibido.....	206
7.6.2	É proibido no ano em que se realizar eleição.....	206
7.6.3	É proibido no primeiro semestre do ano de eleição.....	207
7.6.4	É proibido nos três meses que antecedem as eleições.....	207
7.7	Abuso do poder religioso. Propaganda eleitoral. Hipótese de configuração de abuso de poder econômico	208
7.8	Noções gerais do financiamento e da prestação de contas eleitorais.....	210
7.9	Arrecadação, <i>crowdfunding</i> e prestações de contas de campanha	214
7.10	Informativos e súmulas correlatos.....	220

Capítulo 8. ELEIÇÕES 243

8.1	Atos preparatórios para o dia das eleições.....	243
8.2	O dia das eleições.....	248
8.3	Apuração	256

8.3.1	Apuração no TRE.....	259
8.3.2	Apuração no TSE.....	260
8.4	Proclamação dos eleitos.....	260
8.5	Diplomação.....	261
8.6	Posse.....	263
8.7	Fiscalização das eleições.....	264
8.7.1	Fiscalização pela Justiça Eleitoral.....	264
8.7.2	Fiscalização pelos partidos políticos, coligações, candidatos e membro do Ministério Público.....	264
8.7.3	Presidente da mesa e juiz eleitoral – Polícia.....	266
8.8	Nulidades da votação.....	267
8.8.1	É nula a votação quando	267
8.8.2	É anulável a votação quando	267
8.9	Informativo correlato.....	270
Capítulo 9. MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL		271
9.1	Previsão legal.....	271
9.2	Composição	272
9.3	Atribuições.....	273
9.4	Impedimento	278
9.5	Informativo correlato.....	278
Capítulo 10. JUSTIÇA ELEITORAL.....		281
10.1	Introdução	281
10.2	Especialidades da Justiça Eleitoral.....	282
10.3	Da composição da Justiça Eleitoral.....	283
10.4	Tribunal Superior Eleitoral (TSE).....	284
10.4.1	Composição.....	284
10.4.2	Impedimento de seus membros	284
10.4.3	Competência	285
10.4.4	Irrecorribilidade das decisões	287
10.4.5	Poder regulamentador.....	287
10.5	Tribunais Regionais Eleitorais (TREs).....	287
10.5.1	Composição.....	287
10.5.2	Competência	288
10.5.3	Recorribilidade das decisões	290
10.6	Juizes eleitorais.....	290
10.6.1	Noções gerais	290

10.6.2	Competência	291
10.6.3	Escrivão eleitoral	292
10.7	Juntas eleitorais	292
10.7.1	Constituição	292
10.7.2	Composição e impedimentos	293
10.7.3	Competência	294
10.8	Zonas eleitorais	294
10.9	Seção eleitoral	294
10.10	Mesas receptoras	295
10.11	Súmulas	296
Capítulo 11.	AÇÕES ELEITORAIS	297
11.1	Introdução: especificidades do processo eleitoral	298
11.2	Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC)	301
11.2.1	Finalidade	301
11.2.2	Competência	301
11.2.3	Causas	301
11.2.4	Legitimidade	302
11.2.5	Prazos	303
11.2.6	Prova	304
11.2.7	Julgamento	304
11.2.8	Efeitos da sentença	305
11.3	Ação de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE)	306
11.3.1	Fundamento e objeto	306
11.3.2	Legitimados	306
11.3.3	Competência	306
11.3.4	Causas	307
11.3.5	Prazo	308
11.3.6	Efeitos da sentença	308
11.3.7	Do recurso	309
11.4	Ação de Impugnação ao Mandato Eletivo (AIME)	309
11.4.1	Cabimento	309
11.4.2	Previsão legal	309
11.4.3	Legitimidade	310
11.4.4	Competência	310
11.4.5	Hipóteses de cabimento	310
11.4.6	Procedimento	311

11.5	Recurso contra a diplomação (RDC)	312
11.5.1	Natureza jurídica e previsão legal.....	312
11.5.2	Legitimidade	313
11.5.3	Competência	313
11.5.4	Rito.....	314
11.5.5	Cabimento	314
11.5.6	Efeitos da sentença	314
11.6	Representação ou reclamação.....	315
11.6.1	Cabimento	315
11.6.2	Legitimidade	315
11.6.3	Competência	315
11.6.4	Procedimento.....	316
11.6.5	Prazo.....	316
11.6.6	Recursos.....	317
11.7	Ação rescisória eleitoral.....	317
11.7.1	Previsão legal.....	317
11.7.2	História	317
11.7.3	Legitimidade	317
11.7.4	Competência	318
11.7.5	Cabimento	318
11.7.6	Procedimento.....	319
11.7.7	Recurso.....	319
11.8	Consultas eleitorais	319
11.9	Tutelas provisórias.....	320
11.10	Informativos e súmulas correlatos.....	321
Capítulo 12.	RECURSOS ELEITORAIS	327
12.1	Particularidades dos recursos eleitorais	327
12.1.1	Restrição da possibilidade recursal.....	327
12.1.2	Ausência de juízo de admissibilidade.....	328
12.1.3	Juízo de retratação.....	328
12.1.4	Efeito recursal	328
12.1.5	Prazos	329
12.1.6	Recurso contra as decisões das Juntas apuradoras	329
12.1.7	Recursos contra decisões das Juntas ou juízes eleitorais	329
12.1.8	Recurso contra a decisão do exercício do direito de resposta.....	330
12.1.9	Em resumo: recursos eleitorais previstos no ordenamento jurídico brasileiro	330

12.2	Recursos eleitorais em espécie e outros instrumentos de impugnação de decisões proferidas no âmbito do processo contencioso eleitoral	331
12.2.1	Embargos de declaração	331
12.2.2	Agravo de instrumento	332
12.2.3	Apelação criminal eleitoral	332
12.2.4	Revisão criminal	332
12.2.5	Recurso inominado	332
12.2.6	<i>Habeas corpus</i> eleitoral	333
12.2.7	Mandado de segurança eleitoral	333
12.3	Súmulas correlatas	334

Capítulo 13. DIREITO PENAL ELEITORAL. PROCESSO PENAL ELEITORAL. CRIMES ELEITORAIS..... 337

13.1	Breves considerações sobre direito penal eleitoral e processo penal eleitoral	337
13.2	Crimes eleitorais	339
13.2.1	Previsão legal e conceito	339
13.2.2	Classificação	339
13.2.3	Particularidades dos crimes eleitorais	344
13.2.4	Principais crimes eleitorais	348
13.3	Informativos e súmulas correlatos	354

Capítulo 14. CRÍTICA AO POSITIVISMO JURISPRUDENCIALISTA: A VULGATA DO ATIVISMO JUDICIAL E SEU ÁLBI TEÓRICO DA DISCRICIONARIEDADE..... 359

14.1	Contextualizando a temática ao direito eleitoral	359
14.2	As faces do ativismo judicial	362
14.3	Democracia constitucional e ativismo judicial	369
14.4	Conclusão acerca do tema	370

Capítulo 15. AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS EXTRAORDINÁRIAS DE 2020 COM AS REGRAS DA EMENDA CONSTITUCIONAL N. 107/2020..... 375

15.1	O novo panorama mundial estabelecido através da pandemia da Covid-19....	375
15.2	A anualidade eleitoral do art. 16 da Constituição e a Emenda Constitucional n. 107/2020	377
15.3	As novas datas excepcionais das eleições	379
15.4	Transmissão de programa apresentado ou comentado por pré-candidato ...	380
15.5	O novo período convencional	381
15.6	O último dia para requerer o registro de candidatura	382
15.7	A propaganda eleitoral e seu novo intervalo	383

15.8 Os planos de mídia	384
15.9 Divulgação e distribuição do Fundo Partidário.....	385
15.10 Prestação de contas após as eleições e diplomação dos eleitos.....	385
15.11 Preservação dos demais prazos eleitorais.....	386
15.12 Desincompatibilizações.....	386
15.13 Possibilidade de novo adiamento das eleições.....	387
ANEXO I. SÚMULAS VÁLIDAS DO TSE.....	389
ANEXO II. RESOLUÇÃO N. 23.478, DE 10 DE MAIO DE 2016 – BRASÍLIA – DF	399
<i>Referências bibliográficas.....</i>	<i>405</i>